



A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais

Roberto Vêras de Oliveira^I 

José Ricardo Ramalho^{II} 

Cinara Rosenfield^{III} 

Introdução

Os estudos sociológicos sobre o tema do trabalho no Brasil têm sido objeto de inúmeros balanços bibliográficos, com enfoques variados (muitos dos quais publicados pela BIB). Entre eles, destacamos: Sorj (1983, 2000); Abramo (1990); Castro e Leite (1994); Abramo e Montero (1995); Leite e Silva (1996); Leite, Abramo e Abreu (1997); Leite *et al.* (1998); Guimarães (2004; 2009); Leite (2012); De La Garza (2016); Lima e Araújo (2016); e Bridi, Braga e Santana (2018). Outras resenhas também podem ser acrescentadas a essa lista, mais especifica-

mente sobre o tema do sindicalismo (Rodrigues; Munhoz, 1974; Vianna, 1977, 1983; Ladosky; Vêras de Oliveira, 2014), ou, de modo mais amplo, sobre o tema das representações das “classes populares” no pensamento social brasileiro (Paoli; Sáder; Telles, 1984; Sader; Paoli, 1986).

A proposta deste artigo¹ foi retomar a análise sobre a trajetória da Sociologia do Trabalho no Brasil², que conta com um número significativo de balanços já realizados. Por outro lado, como essa área do conhecimento está referida a um objeto redesenhado com base em transformações sucessivas, impõe-se a necessidade de constantes atualiza-

^IPrograma de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: roberto.veras.2002@gmail.com

^{II}Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: josericardoramalho@gmail.com

^{III}Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: rosenfield@uol.com.br

Recebido em: 28/02/2019. Aprovado em: 17/04/2019.

1 Agradecimentos ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Uma das subáreas mais tradicionais e consolidadas da Sociologia brasileira. Em uma busca no Diretório Grupos de Pesquisa do CNPq, usando como filtros a área de Sociologia e os termos *trabalho* e *trabalhadores*, contabilizamos 83 grupos, distribuídos por todas as regiões e pertencentes a diversos tipos institucionais. Dessa lista já haviam sido expurgados os casos de repetição (um mesmo grupo com dois registros) e as ocorrências em que a palavra *trabalho* não remete a estudos sobre o tema trabalho (por exemplo, foi contabilizado um caso em que a denominação do grupo se inicia com “grupo de trabalho”). Em todos os 83 casos o tema trabalho/trabalhadores está bem caracterizado no título.

ções temáticas, conceituais e metodológicas. Isso colocou alguns dilemas: quanto ao recorte temporal, o texto deveria versar sobre toda a trajetória ou enfatizar os momentos mais recentes? O foco deveria se circunscrever à produção sociológica ou abranger os estudos do trabalho em sentido mais amplo? Que perspectiva metodológica adotar?

Optou-se por um balanço de todo o processo histórico de construção da Sociologia do Trabalho no Brasil, com atenção para as tendências atuais. Na contextualização, embora circunscrita à produção brasileira, buscou-se indicar, sempre que pertinente, as interconexões com o debate internacional, especialmente com as tradições sociológicas latino-americana, europeia e norte-americana. Do mesmo modo, embora com foco na Sociologia, foram consideradas as interfaces com outras áreas do conhecimento que também têm o trabalho como tema central. O principal desafio do artigo foi delimitar os contornos da Sociologia do Trabalho, em meio a um amplo e diverso campo de estudos. Nesse esforço, destacaram-se autores e obras, caracterizaram-se fases e passagens, identificaram-se temas e interfaces prioritários, procurando apreender os redeseños de suas fronteiras e campos de abordagem.

Quanto aos aspectos metodológicos, optou-se por uma abordagem qualitativa, contemplando de forma ampla as diversas visões (temas, autores, perspectivas), reveladas no mapeamento das resenhas bibliográficas anteriores. Adotou-se também uma narrativa ordenada pelos critérios cronológico e temático, buscando combinar um com o outro até onde se mostrou possível.

A sociologia do trabalho no Brasil: primeiros passos

Na origem da Sociologia do Trabalho no Brasil, segundo Guimarães (2004), impuseram-se dois desafios: a necessidade de explicar, tomando-se por base o impulso industrializante dos anos 1950, o perfil do novo operariado e sua relação com os sindicatos e com o Estado; e a institucionalização do discurso sociológico frente às análises predominantes de militantes e memorialistas³.

As abordagens de Lopes (1965) e Rodrigues (1966; 1974), entre outros, sobre as aspirações e as atitudes desse novo operariado, largamente originário do campo, marcaram essa fase da Sociologia brasileira. Já Simão (1966) e Albertino Rodrigues (1968) privilegiaram o estudo da relação entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores. Em geral, prevaleceu o entendimento de que a ausência de conflitos de classe alimentava uma prática operária de tipo heterônoma e “populista”, incapaz de constituir formas próprias e permanentes de organização.

As bases teórico-metodológicas então prevalentes foram assentadas em um diálogo privilegiado e crítico com a Sociologia Industrial e a Escola de Relações Humanas norte-americanas (representadas por Elton Mayo, John Dunlop, William Whyte), entre outros e com a Sociologia do Trabalho francesa (capitaneadas por Georges Friedman, Pierre Naville, Alain Touraine etc.).

Conforme lembram Abramo e Monteiro (1995), nos anos 1950-1960, as Ciências Sociais latino-americanas estavam centradas nos problemas macrosociais do desenvolvimento, referidos à transição do “tradicional”

3 Antes disso, Moraes Filho (1952), adotando uma perspectiva sociológica em interface com o Direito, questionou a “ideologia da outorga” e demonstrou que os trabalhadores tinham uma história de luta em defesa dos seus direitos de representação.

ao “moderno” e do rural ao urbano, quando predominava uma visão dualista da realidade social. Nesse contexto, a Sociologia do Trabalho em muito se via imbricada na Sociologia do Desenvolvimento. Na outra mão, formas de trabalho não industriais também se convertiam em objeto de pesquisas, sobretudo em outras áreas do conhecimento.

Um movimento de conversão acadêmica do marxismo, impulsionado pelo “Seminário Marx”, realizado ao final dos anos 1950, repercutiu uma década depois no sucesso da “teoria da dependência” e na criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), representando decisivo contraponto aos paradigmas *dualista* e *funcionalista* no debate sobre a formação social brasileira. Especialmente no Cebrap, germinaram inúmeros estudos centrados no tema do trabalho urbano, com ênfases ora no emprego, ora no trabalhador autônomo, assim como na pobreza ou na *marginalidade*. Vê-se, nesses estudos, a predominância de aportes das Sociologias do Desenvolvimento e Urbana e da Economia, geralmente lastreadas em categorias marxianas.

“A crítica da razão dualista” (Oliveira, 1972) foi um marco. Ao contrário de relações estanques entre o “moderno” e o “atrasado”, haveria, no caso brasileiro, uma relação “simbiótica” entre esses dois momentos da realidade do país: o “crescimento não capitalístico do setor comerciário” (e um aparente inchamento das grandes cidades) seria funcional à acumulação capitalista. Os estudos de Kowarick (1975), sobre o “processo de marginalização nas zonas urbanas”, e de Prandi (1978), sobre o “trabalhador por conta própria”, focaram no tema da *marginalidade*. Kowarick (1975), polemizando com Nun (1969) e Quijano (1970), contesta o caráter “afuncional” ou “disfuncional” à

acumulação capitalista de segmentos como trabalhadores autônomos, empregadas domésticas, desempregados, subempregados, formas tradicionais de produção etc.

Outras abordagens, como Singer (1977) e Santos (1978), dedicaram-se, por caminhos diferentes, a buscar os nexos *histórico-estruturais* que em países não desenvolvidos, tais como o Brasil, estabeleciam-se, no primeiro caso, entre “modos de produção” (particularmente o “mercado”, o “autônomo” e a “subsistência”) e, no segundo caso, entre o “circuito superior” (setor monopolista) e o “circuito inferior” da economia (composto de “atividades de pequena escala”). A partir do fim dos anos 1970, tal perspectiva perdeu importância com o esvaziamento do tema do desenvolvimento, a crise do marxismo, a crítica teórico-metodológica e política aos *determinismos* e *economicismos*, entre outros fatores.

Também nos anos 1970, firmou-se outra vertente urbana das abordagens sobre *trabalho* e *sistemas produtivos*. Silva (1971), em um estudo antropológico sobre *favelas* do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras, introduziu as categorias de “mercado formal” (MF) e “mercado não formalizado” (MNF), incluindo neste os “trabalhadores por conta própria”, os “biscateiros” e os “empregados domésticos”. A articulação entre os dois “subsistemas” resultaria de um intenso fluxo de mercadorias e pessoas, inclusive por parte de membros de uma mesma família, de modo a melhor aproveitar as vantagens e evitar os riscos de cada um. Simultaneamente, surgia, a partir de Hart (1973) e de missões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Quênia (ILO, 1972), a categoria de “setor informal”, abrindo com isso novas perspectivas de interpretação sobre *trabalho* e *emprego*, sobretudo nos países periféricos. Apesar das controvérsias, tal categoria tor-

nou-se referência no debate acadêmico e no âmbito das políticas públicas.

Souza (1982), pela Economia do Trabalho, marcou o debate brasileiro, associando ao “setor informal” um caráter de “subordinação” e condição “intersticial” perante a produção capitalista, sendo aquele continuamente destruído por esta, mas recriado persistentemente pela ação dos trabalhadores autônomos. Sua abordagem diferiu do dualismo “tradicional-moderno”, mas também das abordagens marxistas de viés funcionalista e da categoria de “setor informal” da OIT. O tema da *informalidade* firmou-se como um dos mais importantes nos estudos do trabalho, especialmente para a área da Economia do Trabalho. Para a Sociologia do Trabalho veio a ter maior importância a partir dos anos 2000, conforme veremos mais adiante.

A percepção dos trabalhadores como sujeitos políticos e plurais

Na virada para os anos 1980, o contexto político de luta contra o Regime Militar motivou uma reorientação nos estudos do *trabalho* e dos *trabalhadores*. Críticas às perspectivas *estruturalistas*, *funcionalistas*, *deterministas*, *economicistas* ganharam particular evidência. Sader e Paoli (1986) identificaram uma ruptura com a representação de “classe atrasada”, contrastada pela experiência dos movimentos sociais emergentes. Para alguns autores, tais como Weffort (1972; 1979), Moisés (1982), entre outros, foi incorporada uma noção ressignificada da *política*, evidenciando o poder instituinte da ação dos trabalhadores frente à estrutura social; com Lopes (1976), Durham (1973) e outros, ganhou destaque o lugar

simbólico dos conflitos do trabalho e a experiência dos trabalhadores como classe; Leite Lopes (1976) e Humphrey (1982) estiveram entre os que priorizaram a abordagem do *processo de trabalho*, quando o espaço fabril voltou ao centro da atenção, agora como espaço de enfrentamentos cotidianos; e, finalmente, pela História Social e Política, com Visentini e De Decca (1976), De Decca (1981), Hall (1984) e outros, a volta ao passado visou apurar os movimentos de enfrentamento de classes. A irrupção do movimento grevista no ABC Paulista, em 1978, teria, na visão dos autores, “consagrado as novas interpretações”.

Tratando especificamente da Sociologia do Trabalho, Guimarães (2004) argumenta que tal inflexão, além da emergência do “novo sindicalismo”, resultou das novas influências provindas sobretudo de duas vertentes do marxismo. Uma, inspirando-se em Braverman (1974), colocou em evidência o processo de trabalho fabril (destacando a organização do trabalho, a qualificação, as novas tecnologias, a divisão sexual do trabalho, as formas de resistência e de relação com o sindicalismo etc.)⁴. A outra, referenciando-se nos historiadores Thompson (1963) e Hobsbawm (1964), voltou-se para a experiência do trabalho, as greves operárias e as novas práticas sindicais.

A Sociologia do Trabalho foi, naquela ocasião, desafiada a ter maior integração com a Sociologia Política, a Ciência Política, a Antropologia Social, os Estudos Feministas, a História Social, a Engenharia de Produção, a Administração de Empresas, a Saúde Ocupacional etc. Na interface com a Antropologia Social, ganharam relevância os ambientes extrafabris, a exem-

⁴ Importante destacar que o debate na Sociologia do Trabalho no Brasil sobre processo e organização do trabalho, pouco mais de uma década depois, sofreu importante influência também de Burawoy (1985), que realçou, para além das dimensões econômica e técnica, a dimensão política implicada.

plo do bairro e da família. De outra parte, abriu-se um novo olhar para o trabalho e os sistemas produtivos no setor agrícola, priorizando-se a apreensão das representações simbólicas de trabalhadores (Sorj, 1983). O projeto “Mudança Social no Nordeste”, do Museu Nacional, teve papel decisivo quanto a isso, capitaneando um expressivo conjunto de estudos sobre camponeses das grandes plantações de cana-de-açúcar, trabalhadores rurais e operários agroindustriais vinculados às usinas e engenhos e operários têxteis. Entre eles: Palmeira (1976), Almeida e Palmeira (1977), Leite Lopes (1976; 1988), Herédia (1979), Garcia (1989) e Alvim (1998).

Variantes desses estudos voltaram-se para os movimentos sociais no campo e o sindicalismo rural (Sigaud, 1979; 1980a; Medeiros, 1981; 1989; D’Incao, 1985; Novaes, 1991), para as implicações do avanço do capitalismo sobre a pequena produção rural e resistência, com a luta pela terra (Silva, 1981; 1983; Wanderley, 1979; Sigaud, 1980b; 1983; Esterci, 1987), assim como para o tema do trabalho análogo ao escravo nas áreas rurais (Esterci, 1994). Produziu-se, a partir de então, uma visão mais diversa e complexa dos processos sociais de articulação entre o “tradicional” e o “moderno”, o “capitalista” e o “não capitalista”, o “rural” e o “urbano”, a indústria e os demais sistemas produtivos, efeito esse também decorrente dos estudos de gênero e de raça associados ao tema do trabalho.

O tema de gênero só ganhou impulso nos estudos do trabalho nos anos 1970, quando passaram a ser abordadas as conexões entre a *divisão social e sexual do trabalho*, assim como entre a esferas produtiva e da reprodução social. Para Guimarães (2004), a visibilização da dupla condição das mulheres, de

produtoras de trabalho não pago no espaço familiar e de trabalhadoras com inserção desfavorável no mercado de trabalho, contribuiu decisivamente para (em associação com os estudos étnico-raciais, geracionais e de família) produzir um repensar das próprias noções de *trabalho* e de *classe*, evidenciando a dimensão cultural e o caráter heterogêneo das classes trabalhadoras. Destacaram-se, nesse primeiro impulso, os estudos de Saffioti (1969; 1981), Bruschini (1985; 1992), Hirata (1981), Hirata e Humphrey (1984), Souza-Lobo (1991), entre outros, tendo essa área se convertido, a partir de então, em uma das mais vigorosas da Sociologia do Trabalho no país.

Para Saffioti (1978), na economia brasileira amplos contingentes de mulheres foram relegados às atividades “pré-capitalistas”, em geral ao papel de “donas de casa” ou de “empregadas domésticas”, sempre em condições menos privilegiadas. A exemplo de Pena (1981), vários estudos ressaltaram a relação entre gênero e a segmentação do mercado de trabalho. Já no que se refere à temática do trabalho associada à de etnia-raça, apesar de trabalhos pioneiros como Oliveira, Porcaro e Araujo (1981) e Vieira (1987), houve maior projeção apenas nos anos 1990, com Fagundes (1992), Hasenbalg (1991), Andrews (1992), Castro e Guimarães (1993), Abreu e Sorj (1993), Castro e Barreto (1998), Guimarães e Castro (1999), entre outros. Em geral, predominou nesses estudos a percepção de que a dinâmica capitalista utiliza as diferenças sociais estabelecidas fora das relações de produção para acarretar uma heterogênea situação ocupacional em desfavor das mulheres, dos negros e de outros grupos socialmente mais vulneráveis. Em conjunto, tais abordagens tornaram-se centrais para a compreensão das assimetrias de renda, carreira e posição no mercado de trabalho.

As lutas sindicais retomadas ainda sob o regime militar de 1964 reacenderam, por outro lado, o interesse das Ciências Sociais pelo tema do sindicalismo e suas possibilidades de suscitar formas de organização e ação de tipo mais autônomas e independentes da tutela do Estado. Estudos como Rodrigues (1970), Weffort (1972), Almeida (1975) e Humphrey (1979; 1982) estiveram nos fundamentos desse debate. Para uns, tais como Weffort (1972) e Humphrey (1979; 1982), esboçavam-se naquele contexto novas possibilidades de um sindicalismo autêntico e autônomo, enquanto para outros — a exemplo de Rodrigues (1970) e Almeida (1975) — prevaleceria um papel heterônomo (Rodrigues, 1970) ou, quando muito, os setores mais dinâmicos — tal como o sindicalismo do ABC paulista — não conseguiriam ir muito além de um “sindicalismo de negócios”, ao estilo norte-americano (Almeida, 1975).

Com as greves operárias da passagem dos anos 1970 aos 1980 e a articulação de práticas sindicais que questionavam, a um só tempo, o sistema corporativista, o regime militar e sua política econômica e as práticas autoritárias empresariais, ganhou fôlego o projeto de um “novo sindicalismo” e, com ele, reafirmou-se o interesse dos pesquisadores do trabalho pelo tema sindical. Os focos recaíram sobre as greves e outras formas de luta e resistência dos trabalhadores, os processos de reconstituição de sua organização nos locais de trabalho e as primeiras ações de rearticulação intersindical. Além dos estudos citados anteriormente, destacamos ainda: Humphrey (1980); Rainho (1980); Almeida (1984; 1988); Moisés (1982); Maroni (1982); Sader (1988); Antunes (1988); Jácome Rodrigues (1990); Boito Jr. (1991); Noronha (1991); Neves e Le Ven (1991);

Abramo (1999); Cardoso (1992); Manguabeira (1993); French (1995); e vários outros.

A partir de meados da década de 1980, quando se consolidaram dois campos principais no sindicalismo brasileiro, articulados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) — que reivindicava a continuação do “novo sindicalismo” e detinha crescente influência — e da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) — que professava posições sindicais e políticas bem mais moderadas, ambas criadas em 1983⁵, as atenções dos pesquisadores se voltaram com maior ênfase para as experiências articuladas em torno da CUT, avaliando seu potencial de mudança da estrutura sindical e de influência sobre o cenário político de então. Sobressaíram: Antunes (1991), Rodrigues (1990; 1991), Jácome Rodrigues (1997), Boito Jr. (1991) e vários outros. Enquanto, para Rodrigues (1990), a CUT não teria tido tamanho crescimento se não tivesse se aproximado da estrutura sindical oficial, o que tornou “disfuncional” o “*ethos* socialista” presente na sua origem, levando-a a assumir posições mais pragmáticas, para Antunes (1991), o distanciamento de uma orientação socialista teria sido resultado de uma opção da maioria de seus dirigentes por uma tendência “social-democrata”. No entanto, para Boito Jr. (1991), a estratégia do “novo sindicalismo” em atuar por dentro dos sindicatos oficiais a impediria de se constituir em uma força social capaz de, “conscientemente”, levar a uma ruptura com tal “estrutura”. Para Jácome Rodrigues (1997), por sua vez, a passagem de uma perspectiva “confrontacionista” para uma posição mais “propositiva” era resultado natural de sua afirmação como central sindical, voltada à defesa da negociação coletiva e do alargamento da cidadania. Em geral, predominou

5 A Conclat converteu-se, em 1986, em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

o entendimento de que, na passagem para os anos 1990, o sindicalismo brasileiro sentia os efeitos de um distanciamento das instâncias diretivas em relação aos trabalhadores.

A partir do início dos anos 1990, com a criação da Força Sindical, em 1991, defensora de um “sindicalismo de resultados”, de tipo mais “pragmático” e em oposição às posições da CUT, algumas abordagens se dirigiram especificamente para essa experiência: Cardoso (1992; 1999), Rodrigues e Cardoso (1993), Nogueira (1997), Trópia (2004).

Do tema da reestruturação produtiva ao da flexibilização e precarização do trabalho

O trabalho industrial como objeto da pesquisa social ganha novo fôlego nos anos 1990, em um contexto de “reestruturação produtiva” e de “globalização”. Com relação à América Latina, Leite (2012, p. 107) identifica novas ênfases:

- centralidade da empresa como agente da transformação das relações de trabalho;
- subordinação da Sociologia à Economia, ignorando o caráter político das transformações;
- novo determinismo, expresso na inexorabilidade das novas mudanças;
- privilegiamento dos estudos de caso na análise das transformações do trabalho.

Para Abramo e Montero (1995), na Sociologia do Trabalho latino-americana prevaleceram duas posições. Uma, em sintonia com o debate internacional, via como inexorável a transição para um modelo *pós-fordista*. A segunda, em contrário, buscava as particularidades regionais desse processo. No caso do Brasil, a *reestruturação produtiva* teve caráter heterogêneo, atingindo diversamente setores da indústria, regiões do país

e segmentos dos trabalhadores (Guimarães, 2004). Entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, o foco recaiu sobre o processo de trabalho, buscando apreender as novas formas de gestão inspiradas no modelo japonês, a exemplo dos círculos de controle de qualidade — CCQs (Hirata, 1983; Freysset; Hirata, 1985; Salerno, 1985; Marques, 1987), entre outros. A partir da segunda metade dos anos 1980, houve maior difusão de equipamentos de microeletrônica, assim como de novas formas de gestão da força de trabalho associada à inovação tecnológica, com fortes implicações para as relações de trabalho (Fleury, 1988; Abramo, 1990; Humphrey, 1991; Castro, 1993; 1995; Leite, 1994), entre outros.

Para Guimarães (2004), a partir do início dos anos 1990, constituíram-se na Sociologia do Trabalho no Brasil quatro campos prioritários de abordagem:

- a crítica à tese do “fim do trabalho”, com destaque para Antunes (1995; 1999);
- a crise do *fordismo* e a emergência de novos paradigmas produtivos, com Hirata (1983), Carvalho (1992; 1993), Druck (1999), Salerno (1999) e vários outros;
- as negociações entre os “atores do trabalho” sobre a organização e as relações industriais (Cardoso; Comin, 1993; Githay; Leite; Rabelo, 1993; Martins; Ramalho, 1994; Hirata, 1998), entre outros;
- as mudanças nas formas de contratação e uso do trabalho, incorporando a perspectiva da cadeia produtiva e do mercado de trabalho e o tema da terceirização (entre outros, com Saboia, 1991; Dedecca; Montagner, 1993; Dedecca, 1999).

Quando as atenções se deslocam das empresas para o mercado de trabalho, ao final da década de 1990, ganharam proeminên-

cia os termos flexibilização e precarização do trabalho⁶ (Guimarães, 2004; Leite, 2012). Para Guimarães (2004), o caráter “genético” da “flexibilidade” precisa ser levado em conta nas abordagens sobre a “flexibilização do trabalho” no Brasil. A especificidade desse processo só poderia ser mais bem entendida se articulada aos determinantes intra e extra-fábric, com suas novas formas de contratação e seus impactos sobre um mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo. Trabalhos como Guimarães, Hirata e Sugita (2009) e Leite e Araújo (2009) reuniram farto material desse processo no Brasil, em análise comparativa com outros países.

Conforme Druck e Borges (2002) e Druck e Franco (2007), o recurso à *subcontratação/terceirização* constituiu-se na principal estratégia de gestão empresarial do trabalho, a partir dos anos 1990, resultando em mudanças significativas no perfil dos trabalhadores e nas formas de trabalho. Tal situação foi particularmente levada ao extremo no segmento de confecções e de calçados no Nordeste, quando da chegada de novas plantas industriais oriundas do Sul e do Sudeste (Lima, 2002).

O sindicalismo, especialmente sobre como estava sendo impactado e reagia aos processos de reestruturação produtiva e de flexibilização e precarização das relações de trabalho, em um contexto de implementação de políticas de corte neoliberal, voltou a ganhar relevância. Expressões disso foram os trabalhos de Antunes (1997), Boito Jr. (1999), Ramalho (2000), Jácome Rodrigues (2002), Santana e Ramalho (2003), Cardoso (1999; 2003), Vêras de Oliveira (2011), entre outros.

De outra parte, fomentaram uma nova leva de estudos de gênero e trabalho, com Posthuma e Lombardi (1996); Abramo (1998); Segnini (1998); Rocha (2000); Araújo (2004); Costa *et al.* (2002); Bruschini (2007); Costa *et al.* (2008); Brumer (2009); Lombardi (2010); Ferreira (2014); Gonçalves *et al.* (2014), entre outros. Alguns buscaram relacionar a perspectiva de gênero com outros temas: sindicalismo (Araújo; Ferreira, 1998); sindicalismo rural (Scott; Cordeiro; Menezes, 2010); etnia-raça (Nascimento, 2003; Araújo; Lombardi, 2013); economia solidária (Wirth, 2010); saúde (Faria; Araujo, 2010); trabalho artístico (Segnini, 2006; 2014); emprego doméstico (Ávila, 2009); cuidado e cuidadoras (Hirata; Guimarães, 2012).

O trabalho *artesanal, autônomo, por conta própria, informal, a domicílio, cooperativo, autogestionário* e outras formas de trabalho tidas como não salariais, semissalariais ou salariais disfarçadas, sob os processos de flexibilização e precarização do trabalho, ganharam a atenção da Sociologia do Trabalho. Muitos viram pertinência na retomada do tema da *informalidade* — denominando-a de “nova informalidade” —, com Dedecca e Baltar (1997), Malaguti (2000), Lima e Soares (2002), Noronha (2003), Tiriba (2003), Figueiras, Druck e Amaral (2004), Lima (2009; 2013), Vêras de Oliveira, Gomes e Targino (2010), Cardoso (2013). Outros, alternativamente, têm dado maior relevância ao tema do *empreendedorismo* como capaz de explicar melhor as novas formas de trabalho “autônomo”, como em Silva (2002), Lima (2010) e Rosenfield (2015). Outros, ainda, miraram nas passagens entre emprego e de-

6 Tendo, correspondentemente, como destacadas referências Harvey (1989) e Castel (1995). Para se ter um parâmetro da repercussão de ambos no Brasil, as versões em português — do primeiro, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, publicada pela Editora Loyola em 1992, e, do segundo, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, publicada pela Editora Vozes em 1998 —, receberam no Google Acadêmico, até o dia 18 de fevereiro de 2019, 14.721 e 4.324 citações, respectivamente.

semprego e entre trabalho formal e trabalho informal, tratando centralmente de trajetórias ocupacionais: Castro, Cardoso e Caruso (1997); Cardoso (2000); Cardoso, Comin e Guimarães (2001); Guimarães (2004).

As mudanças na área das tecnologias de informação e comunicação (TICs), desencadeadas na passagem para o século XXI, vêm suscitando amplas reflexões sobre suas implicações para as esferas da vida e do trabalho. O conceito de *paradigma tecnológico* (Castells, 1999) tem sido referência na compreensão dessas transformações⁷, plasmando a ideia de *sociedade da informação*. Nesta, os novos meios tecnológicos (centrados na informação e na comunicação) moldam diretamente a esfera da existência individual e coletiva, imprimindo uma lógica de redes às relações sociais em geral. Vive-se a primazia da flexibilidade. Apresenta-se, assim, uma tendência de convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Há controvérsias, contudo, sobre se as novas tecnologias estariam, ou não, levando à substituição do paradigma industrial pelo paradigma informacional no regime de acumulação. Para os primeiros, emerge um novo padrão de acumulação baseado no conhecimento e nos processos de inovação, que alguns denominam *trabalho imaterial* (Lazzarato; Negri, 2001; Gorz, 2003). Estaria em mudança todo o sistema produtivo e a natureza do trabalho, com o conhecimento se tornando um recurso e um produto *per se* (Castells, 1999). A cooperação não poderia mais ocorrer nos marcos do taylorismo-fordismo, sob um encadeamento sequencial de tarefas elementares e impostas heteronomamente (Azais; Corsani; Dieuaide, 2001; Galvão; Sil-

va; Cocco, 2003). O trabalho imaterial consiste em tarefas analíticas e simbólicas, em trabalho afetivo de contato e interação humana, assumindo o formato de redes baseadas na comunicação e na colaboração. Nesse contexto, os empregos se tornam altamente moveidões e flexíveis, com as fronteiras entre trabalho e mundo da vida se embaralhando e o tempo livre se tornando tempo produtivo.

Já de acordo com a segunda abordagem, a natureza capitalista das transformações apontaria para a permanência da teoria do valor-trabalho em Marx, mesmo que adaptada à realidade do trabalho intensivo em conhecimento (Lessa, 2005; Amorim, 2009). Como em toda história do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico resulta, simultaneamente, na expansão de ocupações com maior qualificação e de uma massa de trabalhadores desqualificados. É nessa perspectiva, de modo geral, que o tema do trabalho em TIC ganhou maior projeção no Brasil. O trabalho em *call-centers* foi tomado como o exemplo mais cabal da taylorização no setor de TIC (Antunes; Braga, 2009; Rosenfield, 2007; 2009; Braga, 2012). A congruência entre esse trabalho desqualificado e a terciarização que se coaduna com o trabalho em rede estaria constituindo um *infoproletariado* (Antunes; Braga, 2009) ou um *precariado*⁸ (Braga, 2012; Alves, 2013). A temática gênero também começa a ser pautada, como em Leite e Guimarães (2015) e Castro (2016).

Fronteiras em permanente expansão e redefinição

Tangenciando os estudos do trabalho, sempre estiveram presentes abordagens, com

7 No Google Acadêmico, até o dia 23 de fevereiro de 2019, registraram-se 21.897 citações somadas de *A sociedade em rede*, *A era da informação: economia, sociedade e cultura* e *A sociedade em rede: do conhecimento à política*.

8 Em uma reelaboração do termo de Standing (2011).

mais ou menos centralidade, nos sistemas produtivos. Entre eles, um capítulo especial abriu-se com o tema da *economia solidária*. Esta, conforme Gaiger (2012), enquanto atividades de produção e consumo referenciadas na cooperação e na autogestão, obteve projeção no Brasil a partir dos anos 1990, com Singer (1998); Singer e Souza (2000); Lima (2002; 2012); Gaiger (2004; 2012); Cattani (2003); George e Leite (2012); Leite, Araújo e Lima (2015); Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018). Trata-se de um campo de abordagem que logo adquiriu vasta amplitude e diversidade. Os estudos compreendem reflexões mais gerais e teóricas sobre os significados históricos, econômicos, políticos e sociais das experiências de *economia solidária*, assim como enfoques mais específicos sobre temas como coleta de recicláveis, fábricas recuperadas, modalidades de cooperativismo e associativismo em áreas rurais e urbanas, entre outros.

Segundo Singer (1998), a *economia solidária* inspira-se na busca de alternativas não individualistas e não capitalistas para o desemprego. Tais experiências se utilizam, na leitura de Gaiger (2009, p. 86), “de recursos e de relações mercantis, não mercantis e não monetárias”, assim como “rejeitam a excisão entre o econômico e o social e procuram reconciliar a eficiência com a cooperação produtiva”.

Para Leite (2015, p. 20), configuraram-se três principais visões sobre o tema na América Latina. Uma, exemplificada por Razeto (1993), mesmo diferindo-a da experiência socialista, propugna-a como uma forma de produção e de consumo que levará à superação do capitalismo. Outra, ilustrada por Coraggio (2000), toma-a como economia de sobrevivência das camadas populares, mas que pode levar à superação do capitalismo. A terceira, com Quijano (2002), mais

crítica, prefere destacar as contradições das experiências concretas. Em comum, a *Economia Solidária* é concebida como alternativa de inclusão social e produtiva dos setores marginalizados da população.

No trato dos temas economia solidária, nova informalidade, trabalho, territórios produtivos e desenvolvimento, cadeias e redes produtivas, trajetórias ocupacionais, entre outros, cresceram ainda mais nas últimas duas décadas as interfaces entre a Sociologia do Trabalho e outras abordagens sociológicas e antropológicas que, a exemplo da Nova Sociologia Econômica, da Antropologia do Desenvolvimento, da Economia Moral, evidenciam noções como “construção social da economia”, “redes sociais”, “capital relacional”, “atores estratégicos”, entre outras.

A partir dos anos 1990, como lembram Lima e Araújo (2016), novas territorialidades produtivas acompanharam um movimento de realocação de plantas industriais, impulsionadas pela reestruturação produtiva. Contudo, apenas nos anos 2000, conforme destacam Ramalho e Vêras de Oliveira (2013), o problema da territorialização dos investimentos produtivos e suas implicações para o trabalho ganhou maior evidência, ajudado pela retomada de uma nova agenda desenvolvimentista no país.

Os estudos sobre trabalho referidos a territórios produtivos e ao tema do desenvolvimento vieram acompanhados de uma ênfase nas relações entre os espaços locais e nacionais/globais, nas cadeias e redes produtivas, nos modos específicos de constituição dos mercados de trabalho, nas relações das formas capitalistas com as diversas formas de trabalho autônomo e atividades informais e no reordenamento dos atores econômicos e políticos que se situam nesses espaços, com destaque para o sindicalismo. Ver, por exemplo: Lima

(2002); Ramalho (2006); Jácome Rodrigues e Ramalho (2007); Ramalho e Jácome Rodrigues (2010; 2013; 2015); Ramalho e Fortes (2012); Ramalho e Vêras de Oliveira (2013); e Vêras de Oliveira e Santana (2013).

No que tange ao tema do desenvolvimento, em sentido mais amplo, avaliou-se, em geral, que as melhoras nos indicadores de emprego, formalidade e renda observados de 2003 a 2014 não implicaram, como destacaram Baltar e Krein (2013), em reversões estruturais no caráter precário do trabalho no país, persistindo o processo de flexibilização das relações de trabalho. Os estudos sobre sindicalismo ganharam por essa via um novo impulso, a exemplo de: Ladosky (2009); Araújo e Vêras de Oliveira (2011); Vêras de Oliveira, Bridi e Ferraz (2014); Marcelino (2013; 2017); Santana (2015); Galvão, Marcelino e Trópia (2015); Boito Jr., Galvão e Marcelino (2015); Ramalho e Jácome Rodrigues (2018).

A Sociologia do Trabalho no Brasil, refletindo e compartilhando tendências que se observam também na América Latina e no mundo, incorporou em sua trajetória uma ampla diversidade temática, algo que lhe permite se beneficiar de múltiplas interfaces com inúmeras áreas do conhecimento, assim como reelaborar permanente e diversamente seu objeto por excelência, o *trabalho*.

Outros temas podem ser ainda elencados, embora não caiba aqui mais detalhes. São exemplos: *juventude e trabalho* (como atestam Pochmann, 2000; Novaes; Vannuchi, 2004; Guimarães; Marteleto; De Brito, 2018), *trabalho e migração* (conforme Jannuzzi, 1999; Santos, 2006; Cavalcanti; Oliveira, 2018), *trabalho e saúde* (debatidos em Minayo-Gomez; Thedim-Costa, 1997; Minayo-Gomez; Lacaz, 2005; Bonfatti; Vasconcellos; Ferreira, 2017).

Tendências atuais da sociologia do trabalho no Brasil

Antes de passarmos às tendências atuais da Sociologia do Trabalho no Brasil, vale retomar algumas condições que tiveram influência decisiva sobre sua trajetória até aqui. Começemos pelo caráter estrutural e dinâmico do tema do trabalho na sociedade contemporânea, que desafia permanentemente a Sociologia do Trabalho a interagir, seja com outras disciplinas da Sociologia — tais como as Sociologias do Desenvolvimento, Política, Econômica, da Família, de Gênero, da Cultura etc. —, seja com outras áreas do conhecimento — tais como Economia, Administração, Engenharia de Produção, Antropologia, Educação, Direito, Gestão Pública, Ciências da Saúde etc. Em cada momento, as interações variaram conforme os temas, perspectivas e ênfases priorizados. A tendência a uma perspectiva inter e multidisciplinar nos estudos do trabalho provavelmente se imporá crescentemente quanto mais complexidade ganhar o tema.

De outra parte, associado ao desafio da inter e multidisciplinaridade, para dar conta das diversas dimensões que o tema do trabalho apresenta histórica e atualmente, sempre submetido a constantes transformações, impôs-se a necessidade de se testar ângulos diversos de abordagem, centrando-se o olhar do micro ao macro, do material ao imaterial, do formal ao informal, da indústria aos serviços e à agricultura, dos sistemas produtivos aos arranjos institucionais, da esfera da produção à esfera da reprodução social, das ações dos atores privados às políticas governamentais, das clivagens de classe às de gênero, etnia-raça, geração etc. Muitas vezes, optou-se por uma perspectiva deliberadamente relacional, na qual, ao contrário da escolha

por um dos polos em questão, o alvo passou a ser o modo como se relacionam. A complexificação do tema do trabalho na contemporaneidade certamente trará ainda maior relevo às abordagens relacionais.

Por sua vez, a afirmação da Sociologia e das demais Ciências Sociais em sociedades como a brasileira, de desenvolvimento capitalista tardio e, conforme clássica bibliografia, estabelecido em bases dependentes, colocou desde sempre o problema da pertinência da importação dos modelos analíticos oriundos da Europa e dos Estados Unidos. Entre satisfazer-se com tais modelos, tomando o caso brasileiro como extensão de uma dinâmica socioeconômica ditada do exterior, e a defesa de uma perspectiva analítica voltada, sobretudo, ao realce das especificidades da sociedade brasileira, em muito tem sido exercitado um caminho intermediário, pendendo mais a um lado ou a outro. Também aqui, a adoção, ou não, de uma perspectiva relacional marcou diferenças. Expressões como “flexibilizando o flexível” (Guimarães, 2009) indicam o esforço de muitos em tratar das influências exógenas, sem perder um pé nas condições endógenas. Mesmo quando, com a “globalização”, uma ênfase ainda maior tem sido dada aos fatores exógenos, são fartas as abordagens que destacam as particularidades do processamento interno das novas tendências globais. Provavelmente esse continuará sendo um aspecto de muita relevância na continuidade dos estudos sobre os temas do trabalho no caso brasileiro.

Considere-se ainda que a combinação de vários métodos e técnicas de pesquisa tem sido, e provavelmente continuará sendo, um fator crucial para o enriquecimento da Sociologia do Trabalho, sendo essa uma das áreas de interação com outras áreas do conhecimento. O grande desafio nesse caso é o de tornar

compatíveis e complementares metodologias tão díspares quanto as de predominância de uma racionalidade quantitativa perante aquelas de primazia do qualitativo.

Por último, leve-se em conta que a Sociologia do Trabalho surgiu, na passagem dos anos 1950 aos 1960, em um esforço de se diferenciar das abordagens de militantes e de memorialistas sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores. Entretanto, também cabe salientar a interlocução que foi capaz de estabelecer com os atores estratégicos do mundo do trabalho (sindicalistas, líderes de movimentos sociais, organizações não governamentais — ONGs —, gestores públicos e até mesmo representantes do ambiente empresarial). Tal interlocução provavelmente ganhará novas tonalidades com as mudanças políticas que vêm marcando os cenários nacional e internacional, inclusive como recurso à volta de uma agenda de busca de legitimação social das Ciências Sociais.

As situações e as condições anteriormente indicadas provavelmente continuarão influenciando o campo de atuação da Sociologia do Trabalho no país. Para além disso, passamos a destacar, a seguir, quatro campos temáticos que já fornecem indicativos da atenção que serão capazes de mobilizar.

O primeiro deles se refere às mudanças tecnológicas. É inegável o potencial de impacto das novas tecnologias (e até com novos paradigmas tecnológicos) na natureza, nas relações e nas condições de trabalho da sociedade contemporânea. Noções como economia informacional, capitalismo cognitivo, capitalismo de plataforma, *gig economy*, revolução 4.0, entre outras, vêm sendo mobilizadas, ao mesmo tempo em que são discutidas suas implicações no caso brasileiro. Tal situação desafia a Sociologia do Trabalho quanto, pelo menos, a três desdobramentos

principais: nas formas sociais de inserção pelo trabalho; na natureza do trabalho; e nas formas de organização do trabalho. A miríade de formas de contratação, de ocupações informais e de autoempreendedorismo, que trazem as marcas da condição flexível e precária associadas à economia informacional, já vem sendo amplamente demonstrada em estudos empíricos, especialmente sobre o setor de serviços e de *softwares* (Castro, 2013; Bridi; Motim, 2014; Bridi; Braunert, 2015; Lima; Oliveira, 2017). Quanto à natureza do trabalho, em segmentos específicos, incorporam-se tarefas analíticas e simbólicas, que exigem mobilização subjetiva (individual) e concertação (noção de trabalho em equipe concatenado, como em um concerto de orquestra) (Bridi; Lima, 2018; Lima; Oliveira, 2017). Sob tais condições, o mundo do trabalho invade o mundo da vida, com as TICs possibilitando que o capitalismo se aproprie da própria reprodução da vida social (Venco, 2009). A respeito da organização do trabalho, estão indicadas mudanças no sentido da valorização e do incentivo à gestão de si mesmo (Antunes; Braga, 2009). Trata-se de uma transformação na forma de trabalhar que remete à noção de autonomia e gestão de si, às justificações das imposições sociais do novo momento histórico (crise econômica, suposta impossibilidade das empresas de manter e pagar seus empregados), ao enfraquecimento dos suportes sociais, aos valores do *ethos* empresarial (Rosenfield; Alves, 2011). O autoempreendedor é simultaneamente um trabalhador e um pequeníssimo capitalista que deve gerir seu negócio e buscar seu mercado (Rosenfield, 2011; 2015). A lógica sindical estabelecida encontra um enorme desafio de representação desse trabalhador *sui generis*, que associa, em um só ator, o trabalho e o capital. O potencial de mudanças dos pro-

cessos de inovação tecnológica, com a magnitude que vem se apresentando, continuará a atrair a atenção dos pesquisadores da área, ao mesmo tempo em que os desafiam a uma constante ampliação do escopo da análise e a um esforço de inovação contínua dos instrumentos analíticos.

Um segundo campo temático que promete atrair a atenção das novas gerações de pesquisadores da Sociologia do Trabalho é o das mudanças no padrão de regulação do trabalho. A adoção de novos padrões de regulação do trabalho também vem se constituindo em um decisivo fator de mudanças nas relações e nas condições de trabalho em nível mundial. O momento vivido pelo país tem ganhado particular importância quanto a isso pela magnitude das mudanças que vêm sendo operadas, especialmente a partir da aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, em 2017. Trata-se de uma temática amplamente debatida desde os anos 1990, especialmente pela Sociologia do Trabalho, pela Economia do Trabalho e por estudos jurídicos. Nos anos 2000, o debate focou na constituição do Fórum Nacional do Trabalho, na Lei do Super-Simples, na Lei de Falências, no programa Microempreendedor Individual, no Conselho Nacional do Trabalho e em outras medidas com impacto na regulação do trabalho. A aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, contudo, altera de modo muito mais amplo o marco regulatório das relações de trabalho no país, como já documentado em Teixeira *et al.* (2017) e Krein, Gimenez e Santos (2018). Em 2018, foi criada a Rede Nacional de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR) que, em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), propõe-se a articular os principais grupos de pesquisa

sobre o trabalho no Brasil, nas áreas da Sociologia, da Economia, do Direito, da Psicologia, detendo-se sobre suas implicações na regulação do trabalho. Com a posse do novo governo no plano federal, em janeiro de 2019, novas medidas nessa área vão se somando às anteriores. Já foi extinto o Ministério do Trabalho, o que poderá também ocorrer com a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Está indicada a adoção de uma nova carteira de trabalho, denominada “verde e amarela”, instituindo uma categoria de trabalhadores assalariados com menos direitos.

Gostaríamos de chamar a atenção, em terceiro lugar, para o tema das novas formas de ação coletiva. São inúmeros os fatores que vêm por décadas influenciando os destinos do sindicalismo e da ação coletiva dos trabalhadores, os quais continuarão atuando no próximo período. Contudo, é muito provável que serão tão impactantes as mudanças trazidas com as inovações tecnológicas anunciadas e com as novas bases de regulação das relações de trabalho que o sindicalismo e os trabalhadores terão que lidar com desafios ainda não enfrentados. As abordagens sobre mudanças de padrão na representação sindical, com ênfase na diversificação das formas de organização e ação, assim como na inserção sindical nos espaços institucionais e na interlocução com os governos e os partidos políticos certamente continuarão presentes. Contudo, a Sociologia do Trabalho também estará desafiada a renovar seu instrumental analítico, de modo a poder apreender mudanças paradigmáticas que poderão se apresentar nesse campo. Isso deve implicar melhor avaliação da capacidade de representação de trabalhadores em um contexto de economia globalizada e do modo como se estruturam os mecanismos

de contestação articulados nas várias fases do processo produtivo.

Por último, reafirmamos a importância atual dos temas transversais. Percorrendo todas essas frentes, impor-se-á a necessidade de novas rodadas de estudos sobre as temáticas de gênero, raça, geração e família, entre outras. Para que também esses temas se convertam em polos de importantes inovações analíticas, será imprescindível avançar nas suas interconexões recíprocas (traduzidas nas noções de *interseccionalidade* e *consustancialidade*⁹), assim como na capacidade de, nesse terreno, serem identificadas formas de ação geradoras de novos padrões de relações de trabalho.

Considerações finais

A Sociologia do Trabalho no Brasil percorreu, como se pode constatar aqui, um longo caminho, no qual os contornos foram sendo definidos com base em sua capacidade de responder às questões trazidas a cada importante transformação envolvendo as condições e a natureza do trabalho, mas também com base em sua capacidade de aprender com as contribuições incorporadas de fora e de estabelecer uma ampla e fecunda interlocução com diversas outras áreas de conhecimento. Foi capaz, nesse percurso, de alargar enormemente seu campo de abordagem, para além da fábrica, incorporando outras formas de trabalho e outras dimensões da vida social. Poderá, uma vez mais no próximo período, atualizando-se, ocupar um lugar de relevo na construção de interpretações sobre o tema do trabalho. Para isso, necessitará, além de acompanhar as transformações em curso, visitar sob novas perspectivas os temas que historicamente lhe têm sido constitutivos e empreender um esforço de

9 Ver a respeito dessas noções, por exemplo, em Hirata (2014).

conjunto para reinterpretar em sentido mais amplo a nova configuração da sociedade do trabalho no país, a exemplo dos estudos pio-

neiros, e que poucas vezes depois disso teve continuidade (com raros casos de exceção, a exemplo de Cardoso, 2010). A conferir.

Bibliografia

- ABRAMO, L. W. Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 19-65, 1990.
- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ABRAMO, L. W. Um Olhar de Gênero - Visibilizando Precarizações ao Longo das Cadeias Produtivas. *In*: ABRAMO, L. W.; ABREU, A. R. P. (orgs.). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo/Rio de Janeiro: Alast, 1998.
- ABRAMO, L. W.; MONTERO, C. A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 65-83, 1995.
- ABREU, A.; SORJ, B. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. *In*: ABREU, A.; SORJ, B. (orgs.). **O trabalho invisível: estudos sobre o trabalho a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ALBERTINO RODRIGUES, J. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1968.
- ALMEIDA, A. W.; PALMEIRA, M. Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, p. 201-238, 1977.
- ALMEIDA, M. H. T. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. *In*: REIS, O'D. (org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 327-367.
- ALMEIDA, M. H. T. Novas demandas, novos direitos: tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. **Dados**, v. 1, p. 31-57, 1984.
- ALMEIDA, M. H. T. Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, v. 6, p. 32-60, 1975.
- ALVES, G. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social do século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 235-248, 2013.
- ALVIM, M. R. B. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- AMORIM, H. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- ANDREWS, G. R. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 22, p. 47-83, 1992.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 220 p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1995.

- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**: degradação do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, A. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS ON WOMEN'S HEALTH ISSUES, 15., 2004. São Paulo, 2004. **Anais...** São Paulo, 2004.
- ARAÚJO, A.; FERREIRA, V. Construindo um espaço: a participação das mulheres no Movimento Sindical (1978-1988). **Sociologia e Política**, Curitiba, n. 10/11, p. 55-81, 1998.
- ARAÚJO, A.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>
- ARAÚJO, A.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. El sindicalismo Brasileño en la Era de Lula. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 5, p. 83-112, 2011.
- ÁVILA, M. B. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora da UFPE, 2009.
- AZAIS, C.; CORSANI, A.; DIEUAIDE, P. (orgs.). **Vers um Capitalisme Cognitif entre Mutations du Travail et Territories**. Paris: L'Harmattan, 2001.
- BALTAR, P.; KREIN, D. A retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado do Trabalho no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200005>
- BOITO JR., A. **O sindicalismo de estado no Brasil**: Uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1991.
- BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO JR., A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. La Nouvelle Phase du Syndicalisme Brésillien. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 80, p. 147-167, 2015.
- BONFATTI, R. J.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; FERREIRA, A. P. Ergonomia, Desenvolvimento e Trabalho Sustentável: um Olhar para a Saúde do Trabalhador. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 15, n. 3, p. 257-266, 2017.
- BRAGA, R. **A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista**. Tese (Livre-Docência em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRAVERMAN, H. **Labor and monopoly capital**: the degradation of work in the twentieth century. Nova York: Monthly Review, 1974.
- BRIDI, M. A.; BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Sociologia do Trabalho no Brasil Hoje: Balanço e Perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 42-64, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.244>
- BRIDI, M. A.; BRAUNERT, M. B. O trabalho na indústria de *software*: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 199-214, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100013>

- BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. (orgs.). **Flexíveis, virtuais e precários?** Os trabalhadores em tecnologias de informação. Curitiba: Editora UFPR, 2018. 325 p.
- BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. Trabalho e Trabalhadores na Indústria de Informática. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 351-380, 2014.
- BRUMER, A. (org.). Gênero, Família e Globalização. **Sociologias**, v. 21, p. 14-23, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100002>
- BRUSCHINI, M. C. **Mulher e trabalho:** uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel/CECF, 1985. 147 p.
- BRUSCHINI, M. C. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
- BRUSCHINI, M. C. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.
- BURAWOY, M. **The politics of production:** factory regimes under capitalism and socialism. Londres: Verso, 1985.
- CARDOSO, A. M. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARDOSO, A. M. **A trama da modernidade:** pragmatismo sindical e democratização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan/Iuperj, 1999.
- CARDOSO, A. M. O pragmatismo impossível: origens da força sindical. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 32, p. 165-182, 1992.
- CARDOSO, A. M. Relações econômicas como relações sociais, ou uma visita à “informalidade”. In: _____. **Ensaios de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2013. v. 1. 264 p.
- CARDOSO, A. M. **Trabalhar, verbo transitivo:** destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 250 p.
- CARDOSO, A. M.; COMIN, A. Câmaras Setoriais, Modernização Produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: CASTRO, N. A. (org.). **A máquina e o equilibrista:** inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 387-427.
- CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos na indústria brasileira. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, v. 7, n. 13, p. 17-52, 2001.
- CARVALHO, R. de Q. **Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry.** Tese (Doutorado) – IDS/University of Sussex, Brighton, 1993.
- CARVALHO, R. de Q. Projeto de Primeiro Mundo com Conhecimento e Trabalho de Terceiro? **Textos para Discussão**, Campinas, n. 12, 1992.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CASTEL, R. **Les Metamorfoses de la Question Sociale:** Une Chronique du Salarariat. Paris: Fayard, 1995.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, B. G. **Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

- CASTRO, B. G. **As armadilhas da flexibilidade:** trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação. São Paulo: Annablume, 2016.
- CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. *In: _____*. (org.). **A máquina e o equilibrista:** inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 15-52.
- CASTRO, N. A. Modernização e Trabalho no Complexo Automotivo Brasileiro: Reestruturação Industrial ou Japonização de Ocasão? **Novos Estudos Cebrap**, v. 37, p. 155-174, 1993.
- CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. (orgs.). **Trabalho e desigualdades sociais:** negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Annablume, 1998.
- CASTRO, N. A.; CARDOSO, A. M.; CARUSO, L. A. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n. 1, p. 7-23, 1997.
- CASTRO, N. A.; GUIMARÃES, A. S. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, p. 23-60, 1993.
- CASTRO, N. A.; LEITE, M. de P. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações, **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 37, p. 39-60, 1994.
- CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, M. de. O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 88-113, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.235>
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B.* (orgs.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, A. A. A. *et al.* (orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo:** reestruturação produtiva. São Paulo: CUT, 2002. p. 37-46.
- COSTA, A. de O. C. *et al.* (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. São Paulo: Editora FGV, 2008.
- DE DECCA, E. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEDECCA, C. **Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado**. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
- DEDECCA, C.; BALTAR, P. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. esp., p. 65-84, 1997.
- DEDECCA, C.; MONTAGNER, P. Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro. **Textos para Discussão**, Campinas, n. 29, IE/Unicamp, 1993.
- DE LA GARZA, E. (org.). **Los estudios laborales en América Latina:** orígenes, desarrollo y perspectivas. Barcelona: Anthropos Editorial, 2016.
- D'INCAO, M. da C. Bóias-Frias: Desafio para o Sindicato Rural? **Lua Nova**, v. 1, n. 4, p. 73-78, 1985. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451985000100022>
- DRUCK, M. da G. **Terceirização:** (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DRUCK, M. da G.; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 111-139, 2002. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18604>

- DRUCK, M. da G.; FRANCO, T. (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987. 201 p.
- ESTERCI, N. **Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Cedi/Koinonia, 1994.
- FAGUNDES, E. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 15., 1992, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1992.
- FARIA, H. X.; ARAUJO, M. D. Uma Perspectiva de Análise sobre o Processo de Trabalho em Saúde: produção do cuidado e produção de sujeitos. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 429-439, 2010.
- FERRARINI, V. A.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 157-180, 2018.
- FERREIRA, V. C. **Desemprego e relações de gênero: trajetórias ocupacionais e a experiência da perda do emprego entre mulheres e homens da categoria metalúrgica em Campinas (2002-2012)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- FILGUEIRAS, L. A. M., DRUCK, M. da G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: problema ou solução: um exercício de aplicação empírica dos conceitos, **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v17i41.18490>
- FLEURY, A. Microeletrônica e organização da produção e do trabalho na empresa. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 3, p. 56-61, 1988.
- FRENCH, J. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- FREYSSENET, M.; HIRATA, H. Mudanças tecnológicas e participação dos trabalhadores: os círculos de controle de qualidade no Japão. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 5-21, 1985.
- GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009. <http://doi.org/10.4000/rccs.401>
- GAIGER, L. I. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 73, p. 5-20, 2012.
- GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2004.
- GALVÃO, A.; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba: Appris, 2015. 293 p.
- GALVÃO, A.; SILVA, G.; COCCO, G. (orgs.). **Capitalismo Cognitivo: Trabalho, Redes e Inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GARCIA, A. **O Sul: caminho do roçado. estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero/CNPq/UNB, 1989. 276 p.
- GEORGE, I.; LEITE, M. de P. (orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012.
- GITHAY, L.; LEITE, M.; RABELO, F. Relações de trabalho, política de recursos humanos e competitividade. *In: COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. (coords). Estudos de competitividade na indústria brasileira*. Unicamp: Campinas, 1993.

- GONÇALVES, E. *et al.* (orgs.). **Iguais?** Gênero, trabalho e lutas sociais. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2014.
- GORZ, A. **L'Immatériel:** Connaissance, Valeur et Capital. Paris: Galilée, 2003.
- GUIMARÃES, A. S.; CASTRO, N. A. Racial Inequalities in the Labor Market and the Workplace. *In:* REICHMANN, R. (org.). **Race in Contemporary Brazil.** State College: University Park, 1999. p. 83-108.
- GUIMARÃES, N. A. A sociologia do mercado de trabalho: ontem e hoje. **Novos Estudos – Cebrap**, n. 85, p. 151-170, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000300007>
- GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados:** estratégias de emprego e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004. 405 p.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (org.). **Trabalho Flexível, Empregos Precários?** São Paulo: Edusp, 2009.
- GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L.; DE BRITO, M. M. A. **Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho.** Brasília: OIT, 2018. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2019/01/TET-Transicoes-e-Trajektorias-Juvenis-BRA.pdf>>. Acesso em: abr. 2019.
- HALL, M. **On widening the scope of latin american working-class history:** some general considerations and a Brazilian case study. 1984. (mimeo.)
- HART, K. Informal income: opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00008089>
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity:** one inquiry into the origins of cultural change. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HASENBALG, C. O negro na indústria: proletarianização tardia e desigual. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 1991, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1991.
- HEREDIA, B. **A morada da vida:** trabalho familiar entre pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HIRATA, H. Division Sexuelle du Travail et Rôle de L'état: L'Exemple Brésilien. **Critiques de L'Économie Politique**, n. 17, p. 40-67, 1981.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- HIRATA, H. Receitas japonesas, realidade brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 2, p. 61-65, 1983.
- HIRATA, H. Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 4, n. 7, p. 5-28, 1998.
- HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- HIRATA, H.; HUMPHREY, J. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 4, p. 89-107, 1984.
- HOBBSBAWM, E. J. **Laboring men:** studies in the history of labor. Nova York: Basic Books, 1964.
- HUMPHREY, J. As raízes e os desafios do “novo” sindicalismo na indústria automobilística. **Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 7-39, 1980.

- HUMPHREY, J. **Fazendo o “milagre”**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.
- HUMPHREY, J. **Japanese methods and the changing position of direct production workers**: evidence from Latin America. Brighton: Institute of Development Studies/University of Sussex, 1991.
- HUMPHREY, J. Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista. **Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n. 23, 1979.
- JÁCOME RODRIGUES, I. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR., A. (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- JÁCOME RODRIGUES, I. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. São Paulo: Cortez/Fase, 1990. 172 p.
- JÁCOME RODRIGUES, I. **Sindicalismo e Política**: a Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta; Fapesp, 1997.
- JÁCOME RODRIGUES, I. Transformações do trabalho e ação sindical no final do século: algumas questões. In: SILVA, J. P. da; SANTOS, M. S.; JÁCOME RODRIGUES, I. (orgs.). **Crítica Contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 151-168.
- JÁCOME RODRIGUES, I.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos**: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense, São Paulo: Annablume, 2007. 364 p.
- JANNUZZI, P. de M. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 16, n. 1/2, p. 55-82, 1999.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KREIN, J. D.; GIMENEZ, D.; SANTOS, A. (orgs.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 2018.
- LADOSKY, M. H. A CUT no Governo Lula: da Defesa da “Liberdade e Autonomia” à Reforma Sindical Inconclusa. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LADOSKY, M. H.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 147-170, 2014. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n11p147>
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEITE, M. de P. A economia solidária no debate e na experiência latino-americana. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C. (orgs.). **O trabalho na economia solidária**: entre precariedade e emancipação. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2015.
- LEITE, M. de P. A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 103-127, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752012v246>
- LEITE, M. de P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A. (orgs.). **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade.)
- LEITE, M. de P.; GUIMARÃES, P. C. Tudo muda e nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 333-366, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440333>

- LEITE, M. de P.; SILVA, R. A. A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 41-57, 1996.
- LEITE, M. de P.; ABRAMO, L.; ABREU, A. R. P. O II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho: Um Balanço. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 203-211, 1997.
- LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.; LIMA, J. C. (orgs.). **O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2015.
- LEITE, M. de P. *et al.* La Institucionalización de la Sociología del Trabajo en América Latina. **Sociología del Trabajo**, Madri, n. 32, p. 131-151, 1998.
- LEITE LOPES, J. S. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1988.
- LEITE LOPES, J. S. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LESSA, S. **Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.
- LIMA, J. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. *In*: NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. (orgs.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2009.
- LIMA, J. **As Artimanhas da Flexibilização: o Trabalho Terceirizado em Cooperativas de Produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- LIMA, J. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. *In*: GEORGE, I.; LEITE, M. de P. (orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012.
- LIMA, J. Nova informalidade. *In*: IVO, A. (org.). **Dicionário Temático: Desenvolvimento e Questão Social – Questões Contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.
- LIMA, J. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 158-198, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>
- LIMA, J.; ARAÚJO, A. La sociología de trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. *In*: DE LA GARZA, E. (org.). **Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollo y perspectivas**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2016.
- LIMA, J.; OLIVEIRA, D. R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, p. 115-143, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201006>
- LIMA, J.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, p. 163-180, 2002. <http://dx.doi.org/10.9771/crh.v15i37.18606>
- LOMBARDI, M. R. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. *In*: COSTA, A. *et al.* (orgs.). **Divisão sexual do trabalho: Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo, 2010. p. 35-56.
- LOPES, J. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário**. São Paulo: Boitempo; Vitória: Edufes, 2000.
- MANGABEIRA, W. **Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. São Paulo: ANPOCS, Relume Dumará, 1993.

- MARCELINO, P. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 201-227, 2017. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125952>
- MARCELINO, P. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical**. Curitiba: Appris, 2013. 308 p.
- MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARQUES, R. M. **Automação Microeletrônica e Organização do Trabalho: Um Estudo de Caso na Indústria Automobilística Brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, L. Contag: um Balanço. Reforma Agrária. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 11, n. 6, p. 9-16, 1981.
- MEDEIROS, L. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. de C. Saúde do Trabalhador: Novas-Velhas Questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400002>
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, supl. 2, p. S21-32, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>
- MOISÉS, J. A. Qual é a estratégia do novo sindicalismo? *In*: MOISÉS, J. A. *et al.* (orgs.). **Alternativas Populares de Democracia: Brasil Anos 80**. São Paulo: Vozes/Cedec, 1982.
- MORAES FILHO, E. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.
- NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.
- NEVES, M. A.; LE VEN, M. M. Organização do Trabalho, Inovações Tecnológicas e Resposta Sindical na Indústria Microeletrônica: Estudo de Caso em Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 74-93, 1991.
- NOGUEIRA, A. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1997.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. *In*: BOITO JR., A. (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 93-135.
- NORONHA, E. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000300007>
- NOVAES, R. Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural. *In*: BOITO JR., A. (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 171-196.
- NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004. 304 p.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latino-Americana de Sociología**, Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 1-50, 1969.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 2, p. 3-82, 1972.

- OLIVEIRA, L. H. G.; PORCARO, R. M.; ARAUJO, T. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1981.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (ILO). **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1972.
- PALMEIRA, M. Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, p. 201-242, 1976.
- PAOLI, M. C.; SÁDER, E.; TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores no imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v. 3, p. 129-149, 1984.
- PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227 p.
- POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: as expectativas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POSTHUMA, A.; LOMBARDI, M. R. Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1996. p. 1-42.
- PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- QUIJANO, A. **“Polo Marginal” y “Mano de Obra Marginal”**. Santiago de Chile: Cepal, 1970.
- QUIJANO, A. Sistemas Alternativos de Produção? *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- RAINHO, L. F. **Os Peões do Grande ABC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- RAMALHO, J. R. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 761-777, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000400006>
- RAMALHO, J. R. (org.). Novos espaços industriais e desenvolvimento regional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 1, p. 1-88, 2006.
- RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e cidadania: baixada e sul fluminense**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. 267 p.
- RAMALHO, J. R.; JÁCOME RODRIGUES, I. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC paulista. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 339-351, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200009>
- RAMALHO, J. R.; JÁCOME RODRIGUES, I. Sindicato, desenvolvimento e trabalho: crise econômica e ação política no ABC. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 217-231, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200002>
- RAMALHO, J. R.; JÁCOME RODRIGUES, I. (org.). Sindicalismo do ABC e a Era Lula: Contradições e Resistências. **Lua Nova**, n. 104, p. 67-96, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-067096/104>
- RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. (org.). **Trabalho e ação sindical no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2015. v. 1. 372 p.
- RAMALHO, J. R.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 233-252, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200001>
- RAZETO, L. **Los caminos de la economía de la solidaridad**. Santiago de Chile: Ediciones Vivarium, 1993.

- ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.
- RODRIGUES, L. M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. *In*: BOITO JR., A. (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.
- RODRIGUES, L. M. **CUT**: os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força sindical**: uma análise sócio-política. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 172 p.
- RODRIGUES, L. M.; MUNHOZ, F. A. Bibliografia sobre Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 7, p. 151-171, 1974.
- ROSENFELD, C. A identidade no trabalho em *call centers*: a identidade provisória. *In*: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orga.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 173-185.
- ROSENFELD, C. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, p. 115-128, 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/3089115-128/2015>
- ROSENFELD, C. Paradoxos do capitalismo e trabalho em *call centers*: Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno CRH**, v. 20, n. 51, p. 447-462, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792007000300006>
- ROSENFELD, C. Trabalho Decente e Precarização. **Tempo Social**, v. 23, n. 1, p. 247-268, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100012>
- ROSENFELD, C.; ALVES, D. A. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 207-233, 2011.
- SABOIA, J. Emprego nos anos oitenta: uma década perdida. **Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho**. São Paulo: ABET, 1991.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). *In*: CARDOSO, R. (org.). **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher brasileira na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1981. 184 p.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SALERNO, M. Produção, Trabalho e Participação: CCQ e Kamban numa Nova Imigração Japonesa. *In*: FLEURY, M. T.; FISHER, R. M. (orgs.). **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985.
- SALERNO, M. **Projeto de organizações integradas e flexíveis**: processos, grupos e gestão democrática via espaços de comunicação-negociação. São Paulo: Atlas, 1999.

- SANTANA, M. A. Para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, 2015.
- SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 333 p.
- SANTOS, A. de O. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 7-25, 2006.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.
- SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- SEGNINI, L. Accords Dissonants: Rapports Salariaux et Rapports Sociaux de Sexe Dans Des Orchestres. **Cahiers du Genre**, Paris, v. 40, p. 137-161, 2006.
- SEGNINI, L. **Mulheres no trabalho bancário**: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEGNINI, L. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 75-86, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100006>
- SIGAUD, L. **Greve nos Engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a. 114 p.
- SIGAUD, L. Luta política e luta pela terra no Nordeste. **Dados**, v. 26, n. 1, 1983.
- SIGAUD, L. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260 p.
- SIGAUD, L. Trabalho Assalariado e Trabalho Familiar no Nordeste. **Anuário Antropológico**, v. 4, n. 1, p. 181-199, 1980b.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, L. A. M. da. Da Informalidade à Empregabilidade: Reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 81-109, 2002. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18603>
- SILVA, L. A. M. da. **Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- SILVA, M. A. M. O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, p. 57-65, 1983.
- SIMÃO, A. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Pioneira, 1966.
- SINGER, P. **Economia Política do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, P.; SOUZA, J. R. de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SORJ, B. O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-55, 1983.
- SORJ, B. Sociologia e Trabalho: Mutações, Encontros e Desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>
- SOUZA, M. C. C. de. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

- SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STANDING, G. **The Precariat: the new dangerous class.** Londres: Bloomsbury Academic, 2011.
- TEIXEIRA, M. *et al.* (orgs.). **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista.** Campinas: IE/Unicamp; Cesit, 2017.
- THOMPSON, E. **The Making of the English Working Class.** Londres: Gollancz, 1963.
- TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular da economia informal. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 97, p. 38-49, 2003.
- TRÓPIA, P. V. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a força sindical.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2004.
- VENCO, S. **As engrenagens do telemarketing: vida e trabalho na contemporaneidade.** Campinas: Arte Escrita, 2009.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão.** São Paulo: Annablume, 2011.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A; FERRAZ, M. (orgs.). **O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** Belo Horizonte: Fino Trato, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade no trabalho: das origens às novas abordagens.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.
- VIANNA, L. W. Atualizando uma bibliografia: “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS* (org.). **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil.** São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1983. v. 3.
- VIANNA, L. W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS* (org.). **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil.** São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1977. v. 1.
- VIEIRA, C. R. Negra: Mulher e Doméstica – Considerações sobre as Relações Sociais no Emprego Doméstico. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 14, 1987.
- VISENTINI, C. A.; DE DECCA, E. A Revolução do Vencedor. **Contraponto**, ano 1, n. 1, 1976.
- WANDERLEY, M. N. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 145 p.
- WEFFORT, F. Participação e conflito industrial: Contagem, Osasco 1968. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 5, 1972.
- WEFFORT, F. Sindicalismo e Democracia. *In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO*, 1979, São Paulo. **Comunicação...** São Paulo: OAF/Cedec/Cebrap, 1979. (mimeo.)
- WIRTH, I. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Resumo

Sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais

A proposta deste artigo foi retomar a análise sobre a trajetória da Sociologia do Trabalho no Brasil, buscando identificar o encadeamento dos temas tratados em diferentes momentos, assim como indicar tendências atuais. Os estudos sociológicos sobre o tema do trabalho no Brasil têm sido objeto de inúmeros balanços bibliográficos, com enfoques variados, abrangendo momentos distintos e enfatizando aspectos diversos dessa trajetória. O principal desafio aqui é o de situar a trajetória da Sociologia do Trabalho no Brasil, buscando identificar seus contornos, no interior de um amplo campo de estudo sobre o trabalho no país. A narrativa se orienta pela combinação de dois critérios principais, o cronológico e o temático. Ao final é apresentado um quadro com suas tendências atuais mais relevantes.

Palavras-chave: Sociologia do trabalho; Balanço bibliográfico; Estudos do trabalho; Sindicalismo.

Abstract

Sociology of work and its interfaces: trajectory and current trends

The purpose of this article was to revisit the trajectory of the Sociology of Labor in Brazil, trying to identify the connection of themes in different historical moments, as well as to point out new perspectives. Sociological studies on the theme in Brazil have been the subject of various bibliographic assessments, with different approaches, covering distinct situations and emphasizing different aspects of this trajectory. The main challenge here is to situate the trajectory of Labor Sociology in Brazil, seeking to identify its contours, amidst a wide and diverse field of studies on labor in the country. The narrative is guided by the combination of two main requirements: the chronological and the thematic axes. At the end a table is presented with your most relevant current trends.

Keywords: Sociology of labor; Bibliographic assessment; Labor studies; Trade Unionism.

Résumé

Sociologie du travail et ses interfaces: trajectoire et tendances actuelles

Le but de cet article est de reprendre l'analyse de la trajectoire de la sociologie du travail au Brésil, en cherchant à identifier la chaîne des thèmes traités à différents moments, ainsi qu'à indiquer les tendances actuelles. Les études sociologiques sur le thème du travail au Brésil ont fait l'objet de nombreux bilans bibliographiques, aux approches variées, couvrant différents moments et mettant l'accent sur différents aspects de cette trajectoire. Le principal défi ici est de situer la trajectoire de la sociologie du travail au Brésil, en cherchant à identifier ses contours, au sein d'un champ d'études vaste et diversifié sur le travail dans le pays. Le récit est guidé par la combinaison de deux critères principaux, la chronologique et la thématique. À la fin, un tableau avec les tendances actuelles les plus pertinentes est présenté.

Mots-clés: Sociologie du travail; Bilan bibliographique; Études du travail; Syndicalisme.

